

# Nacionalismo mineral pode provocar atraso

Quem garante é Ib Teixeira, que alerta Constituinte para "tragédia latino-americana"

Como "mendigos deitados em berço de ouro", os países da região perdem a oportunidade histórica de aproveitar seus recursos, ameaçados por uma tecnologia substitutiva e cada vez mais criativa.

Este é o alerta de Ib Teixeira, em estudo publicado pela conceituada revista "Conjuntura Econômica" (Volume 42, nº 5, separata de maio de 88), a respeito da decisão tomada pela Constituinte, de nacionalizar a exploração de minérios no País.

No trabalho publicado, o autor ana-

lisa profundamente os exemplos do Chile, Peru e Bolívia, e observa que "seus modelos restritivos e nacionalizantes, levaram ao caos econômico". Na oportunidade em que a Assembleia Nacional Constituinte se prepara para discutir e votar o tema, em seu segundo e definitivo turno, o correio julgou oportuno levar ao conhecimento de seus leitores este artigo.

"Nacionalismo & Mineração — uma tragédia latino-americana" é o título deste estudo.

Com a chamada nacionalização da exploração de todos os recursos minerais potenciais, inclusive os de energia elétrica, o plenário da Assembleia Nacional Constituinte adotou, no final de abril, por 347 votos favoráveis contra 126 e 17 abstenções, o mesmo modelo posto em marcha no Chile, por Salvador Allende, no Peru, pelo general Velasco Alvarado, e bem antes na Bolívia, pelo MNR, todos com resultados desastrosos para os três países.

De fato, no início dos anos 70, tanto a aliança socialista comunista chilena, dentro da Unidade Popular, como os militares nacionalistas peruanos, agrupados em torno de Alvarado, adotaram uma legislação econômica restritiva em que diziam:

— O aproveitamento dos potenciais de energia elétrica, a pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuados por nacionais ou empresas nacionais de capital nacional.

No caso peruano decretou-se que as empresas deveriam ter, pelo menos, 51% de capital nacional. Dois órgãos estatais, a Petroperu e a Minoperu passaram a controlar, respectivamente, o petróleo e a mineração.

No Chile, o governo socialista foi mais longe. Após o processo de nacionalização, início da gestão da democracia cristã, o presidente Salvador Allende decretou a estatização pura e simples de todos os recursos hidráulicos e das jazidas minerais.

A terceira experiência próxima ao artigo inserido no projeto de Constituição diz respeito à Bolívia onde, desde os anos 50, se implementa um modelo de exploração mineira, muito similar ao que se pretende adotar no Brasil.

## CHILE

Após décadas de "nacionalização" em três dos mais importantes países mineiros da América Latina é oportuno pesquisar os resultados do modelo adotado. Na visão de curto prazo, talvez o mais trágico tenha sido o registrado no Chile. De fato, foi com a nacionalização dos recursos minerais, no início de 1971, que o governo Salvador Allende iniciou sua fulminante trajetória para o caos. Pouco antes, durante o governo Frei, o país iniciara um amplo programa de exploração de suas inesgotáveis reservas de cobre e outros recursos de mineração. O chamado processo de "chilenização" havia começado com pesados investimentos nas minas de cobre de La Exótica, no norte do país, junto ao deserto de Atacama. A empresa norte-americana Anaconda se associara ao Estado chileno para a exploração das minas com um potencial de 155 milhões de toneladas de cobre oxidado, cabendo ao Chile uma participação de 25% no controle acionário do grupo.

Ja na maior mina chilena, a de Chuquibambilla, o Estado reservou cerca de 51% das ações, cabendo à Chile Copper Company os outros 49%. Com o acordo iniciou-se um programa de construção de uma refinaria eletrolítica, inaugurada em dezembro de 1968, com uma capacidade de refino de 405 mil toneladas anuais.

Nas proximidades de Santiago também se ampliou, com investimentos de US\$ 260 milhões, a mina de El Teniente, com uma capacidade de 300 mil toneladas anuais. Nesta mina foi construída a mais moderna rodovia regional, com 58 quilômetros de extensão, ligando-se Santiago à fronteira argentina.

Também estava prevista a construção de uma ferrovia e um túnel ferroviário de 8 quilômetros de extensão. No conjunto, o programa de ampliação da produção do cobre consumiu 505 milhões de dólares em sua primeira fase, o que na época representava uma fortuna fantástica para o Chile. Com tais investimentos o país pôde duplicar a produção da chamada Grande Mineração do Cobre, aproximando-se de quase 1 milhão de toneladas de cobre fino no início dos anos 70.

Mas o governo Salvador Allende, com o apoio do Congresso Nacional, decidiu acabar com o processo de chilênização do cobre, substituindo-o por uma drástica nacionalização em 1971. A partir daí iniciou-se um dramático período para a mineração chilena, que culminaria com a queda da produção, notável redução nas exportações, uma importante deterioração na produtividade e a disputa internacional que levou um tribunal francês a embargar navios e toneladas de cobre destinados ao Mercado Comum Europeu.

Depois de um fugaz período de prosperidade em 1971, quando o PIB chileno, emburrado por uma impressionante expansão monetária, conforme a estratégia dos heterodoxos da economia, cresceu alguns pontos, a realidade surgiu ante os chilenos: uma inflação de 1.000%, a fuga maciça de capitais, uma impressionante queda dos investimentos estrangeiros, a deterioração do comércio exterior etc.

Finalmente, viria o desabamento do mais estável sistema democrático do continente, nascido com a primeira Junta de Governo de Mateo de Toro Zambrano, a 18 de setembro de 1980.

Enfim, uma institucionalidade democrática que viera à luz doze anos antes da declaração de independência do Brasil.

Repetia-se, em forma de farsa, a tragédia do salitre. De fato, durante décadas o nacionalismo chileno alimentou-se na chamada "exploração do salitre", mas o país continuou vivendo dos recursos que nasciam da exportação do nitrato de potássio. Com a descoberta dos adubos artificiais, repenti-

namente os chilenos viram-se privados de sua fantástica receita. Então, durante muito tempo multidões de chilenos perambularam famintas pelas salitreiras em crise do deserto de Atacama. E lá estão até hoje, como estavam no início do século, as salitreiras do Chile. Inexploradas, abandonadas e desativadas pela inovação tecnológica.

## PERU

Foram exatamente os heterodoxos da economia chilena, que também iriam exercer decisiva influência na formulação do denominado "Programa Revolucionário do Peru", implementado pelo general Alvarado. O país andino conta com uma das maiores reservas minerais da América Latina, ordenadamente de cobre, prata, zinco, chumbo e ferro, além de outros 13 minerais metálicos e 25 não-metálicos. Mas, apesar de toda esta fantástica riqueza, apenas insignificante percentagem (5%) é atualmente explorada. Talvez uma das razões para isto possa ser encontrada no fato de a indústria mineira peruana ser dominada por três companhias estatais: a Mineroperu, a Centromim e a Hierroperu. Daí que se diga em Lima "que o Peru é um mendigo deitado eternamente em berço de ouro".

Todos estes gigantes estatais surgiram com a "revolução" peruana que também lançou o país no plano inclinado do estancamento econômico, no qual permanece há mais de 30 anos. Antes que os heterodoxos da economia chegassem ao Palácio Presidencial de Miraflores, o Peru desfrutara de um considerável período de prosperidade. Entre 1950 e 1966, por exemplo, o produto nacional bruto havia crescido quase duas vezes e meia a saltar dos 38,9 bilhões de soles aos 93,1 bilhões. Seduzidos pela pregação segundo a qual a inflação nada tinha a ver com a expansão monetária, os militares terminaram homologando os chamados "Lineamientos de la Política Económico-Social del Gobierno Revolucionario".

Tal como era insistentemente defendido pelos heterodoxos, a estatização dos recursos minerais surgiu como o prato forte da revolução de Alvarado. O governo empenhou-se numa feroz disputa com o setor privado da mineração e logo os investimentos declinaram assustadoramente. O setor de mineração, que havia registrado taxas gloriosas de crescimento (8,6% entre 1950-55; 11,4% entre 1955-60) logo cairia a 2,3% entre 1965 e 1970. O estancamento continuaria nos anos seguintes, como entre 1970 e 1975 quando o produto nacional mineral caiu, registrando -1,1%. As exportações também se debilitariam com as vendas do cobre descendo de 201 mil toneladas (média do período 1967-69), a 176 mil entre 1973-75.

Assim, os heterodoxos que prometiam "transformar a estrutura do Estado, adequando-

o à imperiosa tarefa de promover melhores níveis de vida para a população", terminaram por lançar o país na decadência econômica, no desemprego e num processo inflacionário que, 30 anos depois do general Alvarado, ainda perdura com invulgar insistência. Em abril passado o Peru alcançou os 17,9% de inflação mensal, depois dos 22,6% de março. A inflação aguda bate agora em 1988 as portas de Lima com projeções de até 600% para o ano corrido.

Ao chegar ao poder em 3 de outubro de 1968, a revolução peruana havia prometido (decreto 17.063):

"Promover a superiores níveis de vida, compatíveis com a dignidade da pessoa humana, os setores menos favorecidos da população, realizando as transformações das estruturas econômicas, sociais e culturais do país".

Três décadas depois, qual a herança da retórica heterodoxa? Atualmente, mais de 30% da população economicamente ativa do Peru não encontram trabalho produtivo. Entre 1960 e 1985 seu produto nacional bruto per capita registrou um modestíssimo crescimento econômico: 195%.

## BOLÍVIA

Sem dúvida, a terceira e mais prolongada experiência nacionalista em matéria de mineração é a da Bolívia. A origem e de tanta insistência num modelo restritivo de exploração das minas talvez esteja no passado distante, no século XVI, quando na região de Charcas floresceu a mineração da prata, graças à descoberta do processo de amálgama do minério com o mercúrio. Em Potosí ficava a mina mais importante que já no século XIX estava esgotada. Uma população de 100 mil habitantes reduziu-se então a pouco mais de 5 mil.

O fantasma do desastre de Potosí fez com que, depois da Segunda Guerra Mundial, as minas de estanho fossem nacionalizadas, surgindo então a Corporación Minera de Bolívia (Comibol), estatal que logo se tornaria gigantesco cabide de empregos. A elevação dos custos de operação das minas de estanho, que contribuíam com quase 90% das receitas orçamentárias, logo repercutiria na ampliação do gasto público e, em consequência, no movimento dos preços.

O processo de nacionalização das minas e dos demais recursos bolivianos iria igualmente determinar um interminável período de estancamento econômico que com um e outro intervalo se prolongaria até nossos dias. Durante o governo de René Barrientos, a Comibol chegou a ser reorganizada. Graças a uma redução nos custos e a pesados investimentos que chegaram com uma abertura ao capital estrangeiro ampliou-se a produção. Pela primeira vez em muitos anos a moeda boliviana estabilizou-se e deram-se todas as condições para que a principal mina do país, a de Huanuni, dobrasse sua produção.

Mas a política mineral jamais logrou libertar a Bolívia de sua triste condição de ser um dos países mais pobres da América Latina. Durante todo o primeiro quinquênio dos anos 80 a Bolívia registrou um fato raro na história econômica do mundo ocidental: não alcançou nenhum crescimento de seu Produto Interno Bruto. Suas exportações, que haviam chegado a quase 1 bilhão de dólares em 1981, cinco anos depois, reduziam-se a 500 milhões.

Paralelamente ao déficit do setor público não-financeiro, a inflação avançou em escala geométrica: 25,1 (1981), 296,5 (1982), 328,5 (1983), 2.177,2 (1984) e 8.163,4 em 1985.

Finalmente, em 1986 os partidos políticos chegaram à conclusão de que a vida democrática do país estaria definitivamente arruinada se não pusessem ordem na casa boliviana. Foi então lançado um corajoso processo de saneamento das empresas estatais, inclusive da Coporación Minera de Bolívia, que durante décadas fora considerada "Intocável".

Em que pese a uma tenaz campanha da Central Obrera Boliviana (COB) o programa de saneamento financeiro seguiu adiante.

Enfim, após o início da nova política econômica, a inflação exibiu os primeiros indicadores de que vinha abaixo, fato que levou o diretor da Divisão do Pacífico, do Fundo Monetário Internacional, a atestar: "A Bolívia pode lograr um crescimento econômico sustentado a longo prazo, com uma balança comercial viável, mas é importante que disponha da necessária ajuda da Comunidade Financeira Internacional. Talvez o problema mais duro enfrentado pelo país esteja na dramática deterioração dos termos de intercâmbio de seus principais produtos mineiros: zinco, chumbo, prata, cobre, enxofre, ouro e principalmente estanho que o coloca como o quarto produtor mundial.

## INDICADORES SOCIAIS

	Países com restrições ao capital estrangeiro						
	PNB per capita US\$		Inflação média	Poupança Interna		Investimento Interno bruto	
	1980	1984	1973-84	1985	1984	1985	1984
Argentina	2.390	2.230	180,8	22	19	19	14
Bolívia	570	540	54,5	11	28	6,9	-12,2
Brasil	2.050	1.710	71,4	27	21	25,0	16,0
Peru	930	1.000	56,7	13	18	-2,6	-2,7
Países abertos ao capital estrangeiro							
Cingapura	4.430	7.260	4,4	10	43	22	47
Coreia do Sul	1.520	2.090	17,6	8	30	15	29
Hong Kong	4.240	8.300	9,8	29	29	36	24
Malásia	1.620	1.990	6,2	23	32	18	31

Fonte: World Development Report, 1986 e 1982.

## INDICADORES ECONÔMICOS

	Países com restrições ao capital estrangeiro						
	Esperança de vida	Mortalidade Infantil	Despesas educação		Despesas saúde		
Argentina	70	59	34	8,8	7,5	2,9	1,4
Bolívia	53	161	118	16,2	10,8	8,8	3,1
Brasil	64	104	98	8,8	3,7	6,4	7,3
Peru	59	131	95	22,7	18,5	6,2	6,2
Países abertos ao capital estrangeiro							
Cingapura	72	28	10	15,7	21,6	7,8	6,4
Coreia do Sul	68	64	28	15,9	20,5	1,2	1,6
Hong Kong	78	28	9	nt	nt	nt	nt
Malásia	69	57	28	23,4	nt	6,8	nt

Fonte: World Development Report, 1986 e 1982.